

RASTREAMENTO DO CAMPO DE ESTUDO E DO PERFIL GEOGRÁFICO DAS TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA PÚBLICA

Dávisson Lucas Vieira Afonso

Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública
Universidade Federal de Rondônia
E-mail: davisson1993@gmail.com

Iluska Lobo Braga

Doutora em Administração pela Universidade do Grande Rio
Docente do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública
Universidade Federal de Rondônia
E-mail: iluska.lobo@unir.br

Isis Bruna Gomes Pacheco

Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública
Universidade Federal de Rondônia
E-mail: isis.pacheco@unir.br

RESUMO

Este artigo é um estudo bibliométrico resultado de pesquisas realizadas para elaboração de dissertação sobre a Gestão do Conhecimento (GC) na área pública com a intenção de se compreender os estudos já realizados nas teses e dissertações sobre este tema de relevância profissional e acadêmica. O estudo do tema deu origem à Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento em 2001 e ao Observatório IPEA de Gestão do Conhecimento na Administração Pública em 2015. O problema de pesquisa a ser respondido é identificar o cenário dos estudos realizados nas teses e dissertações no Brasil sobre a gestão do conhecimento na área pública? O objetivo geral é realizar um estudo bibliométrico sobre os estudos realizados nas teses e dissertações no Brasil sobre a gestão do conhecimento na área pública. O estudo bibliométrico selecionou as teses e dissertações a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: buscas no catálogo de teses e dissertações da CAPES pelos termos “gestão do conhecimento no setor público”, “gestão do conhecimento na administração pública” e fornecimento por autores que defenderam o trabalho no ano de 2021, totalizando 38 documentos. Os resultados permitem compreender a quantidade de teses e dissertações publicadas por ano, os Programas de Pós-Graduação que possuem e os que não possuem o termo profissional ou profissionalizante na nomenclatura e autores, quantidade de publicações por região geográfica, quantitativo por estado, trabalhos por área de avaliação da CAPES, quantidade de programas por nota na avaliação da CAPES, quantitativo por objeto de estudo e área da Gestão do Conhecimento estudada.

Palavras-chaves: Gestão do conhecimento no setor público. Gestão do conhecimento na administração pública. Bibliometria. Programas de Pós-Graduação no Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Considerando a necessidade de se realizar levantamento de pesquisas que abordassem a Gestão do Conhecimento (CG) no setor público, com vistas a construção de dissertação, este artigo vem apresentar o resultado de um estudo bibliométrico sobre o tema em questão. A motivação para realizar este estudo foi compreender as pesquisas já realizadas nas teses e dissertações sobre este tema de relevância profissional e acadêmica. Os estudos bibliométricos que investigaram publicações

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

ARTIGO CIENTÍFICO

ADMINISTRAÇÃO I - ESTRATÉGIA, GESTÃO E TECNOLOGIA EM ORGANIZAÇÕES

de artigos, constataram que o tema é pouco estudado, porém se encontra em estágio de desenvolvimento e tem importância reconhecida pela academia (CÂMARA e NUNES, 2021; SILVA e MIRANDA, 2018; ALFENAS et al., 2021; FLORES et al., 2020).

A importância do estudo do tema deu origem à Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento (SBGC) no ano de 2001, a qual realiza a integração da academia, terceiro setor e organizações públicas e privadas, visando o desenvolvimento e pesquisa sobre a GC. De modo a avançar na divulgação e pesquisa sobre a temática, a SBGC criou a Revista GC Brasil com a primeira edição em agosto de 2006 e a última edição em setembro de 2011.

Também, a GC é um tema presente no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Estudos realizados por Batista em 2005, oportunizou a análise da implantação da GC nos departamentos de planejamento e administração de 45 Instituições Federais de Ensino Superior do país, concluindo que a GC não era prioridade estratégica para a maioria das instituições. Em 2012, Batista organizou o livro Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira para o IPEA. Além disso, realizou pesquisa junto a Quandt em 2014, com o objetivo de “analisar as percepções de gestores quanto ao estágio de implantação e o alcance pretendido dentro da organização de diversas práticas relacionadas à gestão do conhecimento” (BATISTA; QUANDT; 2015, p. 5) no âmbito federal. O estudo foi realizado em 67 organizações do Poder Executivo, duas do Poder Legislativo e cinco do Poder Judiciário. No ano de 2015, o IPEA criou o Observatório IPEA de Gestão do Conhecimento na Administração Pública com objetivo de subsidiar a criação de política pública de GC, destacando o papel da GC para o alcance da eficiência e melhoria dos serviços prestados pelo Estado.

Neste contexto de avanço no interesse pela GC, a presente pesquisa responderá o seguinte problema de pesquisa: Qual o cenário dos estudos realizados nas teses e dissertações no Brasil sobre a gestão do conhecimento na área pública? Para responder a esse problema, o objetivo geral é: realizar um estudo bibliométricos sobre os estudos realizados nas teses e dissertações no Brasil sobre a gestão do conhecimento na área pública, e para isso, foram escolhidos os seguintes objetivos específicos: identificar as informações geográficas e acadêmicas sobre os programas de pós-graduação; levantar dados das teses e dissertações selecionadas; e demonstrar os objetos e áreas que têm sido estudados.

Silva e Miranda (2018) identificaram lacuna científica com relação a estudos bibliométricos nas teses e dissertações que, se realizados, podem aprofundar os achados desta temática. Assim, o estudo é de grande importância no sentido de preencher a lacuna acadêmica identificada por Silva e Miranda (2018), permitindo compreender o contexto em que a GC é estudada nas teses e dissertações,

identificando ainda a localização geográfica dos programas de pós-graduação que realizaram estas pesquisas.

A compreensão geográfica é relevante, tendo em vista os achados de estudos que identificam desigualdades regionais na distribuição dos programas de pós-graduação. Ao estudarem o financiamento das Universidades Estaduais (UE), mais precisamente o custo por aluno, as assimetrias institucionais e as desigualdades regionais, Carvalho e Amaral (2021) concluem que as regiões norte, nordeste e centro-oeste são consideradas menos desenvolvidas em comparação com as demais regiões brasileiras, considerando:

... os mais baixos percentuais de seus docentes em regime de tempo integral, os mais baixos percentuais de seu quadro docente composto por mestres e doutores, os menores percentuais de seus alunos matriculados na pós-graduação stricto-sensu. (CARVALHO e AMARAL, 2021, p. 19)

Braga, Sinay e Duarte (2021) analisaram o panorama acadêmico-científico da contabilidade ambiental na pós-graduação brasileira, ressaltando-se que esse campo está inserido na área de avaliação “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”, assim como a GC, apesar de esta não ser exclusivamente objeto de estudo desta área. Entre os achados, identificaram que:

A política de expansão ainda está deficitária na Região do Nordeste [,] no Centro-Oeste, o estado do Mato Grosso não possui nenhum curso e apenas no Distrito Federal; na Região Sul e Sudeste todos os estados apresentam PPGCC, apenas no Rio Grande do Sul não curso de doutorado e na Região Norte não existem PPGCC's. (BRAGA; SINAY e DUARTE; 2021, p.8)

Este artigo está estruturado em seis partes: a primeira parte é composta desta introdução que contém a contextualização, o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa. Na sequência, a revisão teórica e conceitual que dá suporte ao estudo. A metodologia demonstrará os procedimentos que foram realizados para alcançar os objetivos e alcançar os resultados que são contemplados na sequência do trabalho. Em seguida, as considerações finais apresentarão as limitações da pesquisa e sugestões de pesquisa. E por fim, são apresentadas as referências utilizadas.

2. REVISÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

Este tópico apresenta a fundamentação teórica e conceitual utilizada para elaboração deste artigo. Inicialmente é necessário apresentar os conceitos de dado, informação e conhecimento, pois são elementos essenciais para o estudo da GC. Davenport e Prusak (1998) destacam que esses termos não possuem o mesmo significado e a inaptidão em diferenciá-los submete as organizações a esforços que não produzem resultados. Os autores acrescentam que dados são fatos objetivos registrados que

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

ARTIGO CIENTÍFICO

ADMINISTRAÇÃO I - ESTRATÉGIA, GESTÃO E TECNOLOGIA EM ORGANIZAÇÕES

em si não apresentam significado, se transformam em informação quando recebem significado por meio da contextualização, categorização, realização de cálculo, eliminação de erros e resumo para uma forma concisa. Os autores não se arriscam a conceituar de forma definitiva, o termo conhecimento; entretanto, apresentam uma definição que demonstra as características que valorizam o termo:

conhecimento é uma mistura fluida da experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações [...] (DAVENPORT; PRUSAK; 1998, p.6.)

Maronato (2018, p. 23) define o conhecimento como “recurso intangível e dinâmico, adquirido através de experiências próprias ou mesmo sobre as experiências de outras pessoas”. Nonaka e Takeuchi (2008) representam o conhecimento em dois componentes dicotômicos: o explícito, definido como de fácil e rápida transmissão, podendo ser expresso por meio de palavras, manuais e demais recursos visuais; e o tácito, considerado como o mais complexo, pois está enraizado nas pessoas e é difícil de expressar e compartilhar, possuindo a dimensão técnica correspondente às habilidades informais e a dimensão cognitiva referente às crenças e percepções de mundo individuais.

Para Davenport e Prusak (1998) o conhecimento é implícito das pessoas e representa a complexidade humana, pois é difícil de ser identificado e expressado em palavras. Nonaka e Takeuchi (2008) afirmam que o conhecimento é paradoxal e formado por dois componentes supostamente opostos, o explícito e o tácito, não sendo excludentes entre si. Apresentam a espiral do conhecimento como demonstração da criação de conhecimento pela interação desses dois componentes gerando a socialização, interação de indivíduo para indivíduo, transforma tácito em tácito; externalização, indivíduo para o grupo converte tácito para explícito; combinação, grupo para a organização transforma explícito para explícito; internalização, grupo para indivíduo converte explícito para tácito.

Considerando os diferentes aspectos do conhecimento, é necessário o estabelecimento de técnicas para administrá-lo. Conforme Echternacht (2015), não há consenso na definição de GC. Analisando a obra de diversos autores, Bambirra (2009) identificou que muitos pesquisadores não se preocupam em definir o termo gestão do conhecimento e não há consenso nas definições daqueles que se propõem a apresentar conceito, bem com que a gestão do conhecimento é utilizada para fazer referência a várias práticas organizacionais. Para estabelecer uma percepção sobre a gestão do conhecimento a partir das diversas concepções de estudiosos, Souza (2015, p. 19) conceitua a gestão do conhecimento como “um processo baseado na aprendizagem organizacional e na criação e

compartilhamento do conhecimento como meios para melhorar o desempenho e criar vantagem competitiva.”.

Batista (2012) afirma que a GC no setor público proporciona o alcance dos princípios da administração pública explícitos no art. 37 da Constituição Federal, os quais são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além da qualidade e efetividade social. Segundo o autor, a GC contribui para o aumento do conhecimento da força de trabalho do serviço público por meio dos processos de criar, compartilhar e aplicar o conhecimento para alcançar os resultados pretendidos.

Na primeira edição da Revista GC Brasil houve entrevista de Karl Wiig que, segundo a SBGC, “no hemisfério ocidental foi a primeira pessoa a falar sobre Gestão do Conhecimento.” (SBGC, 2006, p. 5). Karl Wiig considera que a ausência de política de GC pode resultar em problemas ao Estado em razão de não haver total autossuficiência e isolamento dos demais países. Dessa forma, a globalização demanda contínuo aumento e retenção do capital intelectual para inserção na economia global. Nesse sentido, Terra (2001) destaca a função da gestão do conhecimento no Brasil como a principal estratégia para a competitividade de empresas e do país no contexto de abertura econômica e competição internacional com países desenvolvidos.

Ainda na entrevista, Karl Wiig afirma que as iniciativas mais importantes de GC são as que envolvem pessoas na criação e compartilhamento do conhecimento, apresentando como um dos seus benefícios, a automação de rotinas por meio de utilização de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) provendo serviços mais rápidos e baratos. Apesar de citar a TIC, o autor destaca que as pessoas devem ser o foco dos programas de GC, os quais devem permitir o desenvolvimento de capacidades dos servidores públicos.

É nítida nas definições de GC a importância de compartilhar o conhecimento e com esse intuito, Maronato (2018) aponta elementos para o desenvolvimento de um ambiente propício ao conhecimento: liderança, cultura organizacional, comunicação, mecanismo de recompensa, confiança e reciprocidade e sistema de GC. Demonstrada a relevância e abrangência da GC na área pública, serão apresentados a seguir os procedimentos metodológicos utilizados neste artigo.

3. METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa não houve delimitação de período temporal, assim foram realizadas buscas no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no site <

<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>, pelos termos "gestão do conhecimento no setor público" encontrando 16 resultados e "gestão do conhecimento na administração pública" resultando em 33 trabalhos, sendo que desses, 12 não apresentaram GC como tema principal, bem como foram eliminados 2 repetidos da busca anterior, restando 19. Dessa forma, a busca no portal da CAPES resultou em 35 documentos para investigação, acrescidos de dois que foram defendidos em 2021 na Universidade Federal de Rondônia e um do ano de 2018 defendido no Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP na Universidade Tecnológica Federal do Paraná em Curitiba, totalizando 38 trabalhos para estudo.

Os trabalhos selecionados foram tabulados e analisados estatisticamente no software Microsoft Excel 2010. São utilizadas as fórmulas apresentadas a seguir:

Média: soma de um grupo de números, seguida da divisão pela quantidade de números;

Desvio Padrão da População:
$$\sqrt{\frac{\sum (x - \bar{x})^2}{n}}$$

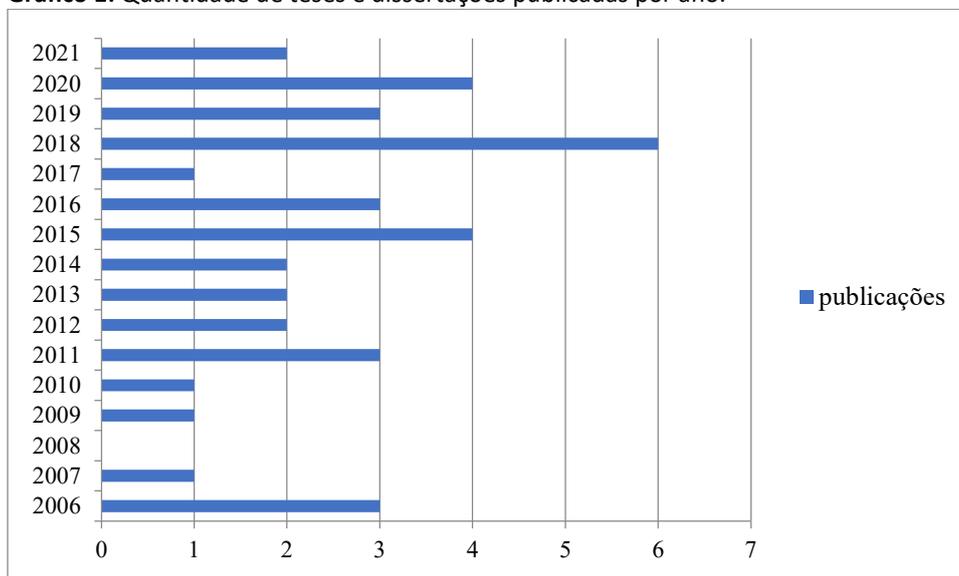
Assim, o estudo apresentará os seguintes aspectos das características gerais: quantidade de teses e dissertações publicadas por ano, os Programas de Pós-Graduação que possuem e os que não possuem o termo profissional ou profissionalizante na nomenclatura e autores, quantidade de publicações por região geográfica, quantitativo por estado, trabalhos por área de avaliação da CAPES, quantidade de programas por nota na avaliação da CAPES, quantitativo por objeto de estudo e área da Gestão do Conhecimento estudada.

Para fins de classificação quanto à nota e área de avaliação da CAPES, foi realizada consulta individual por curso de pós-graduação na plataforma Sucupira sobre o item cursos avaliados e reconhecidos, assim como a área de avaliação. A classificação por objeto de estudo considerou como educação os estudos realizados em Universidades, Institutos Federais e na FIOCRUZ; órgãos públicos militares que incluem Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Federal, Forças Armadas e Polícia Militar. A seguir, serão apresentados os resultados e as discussões.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este tópico permite compreender o estado da arte da gestão do conhecimento no setor público. Para isso, serão analisadas as características das teses e dissertações que foram elaboradas no país, bem como dos programas de pós-graduação. O Gráfico 1 apresenta a quantidade de teses e dissertações publicadas por ano.

Gráfico 1: Quantidade de teses e dissertações publicadas por ano.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A primeira publicação ocorreu no ano de 2006, demonstrando que a GC no setor público é um campo de estudo recente. Desde o primeiro ano, com exceção de 2008, em todos os anos houve publicação de tese ou dissertação sobre gestão do conhecimento no setor público, evidenciando a relevância do tema para a academia. O ano de 2018 apresentou o maior número de publicações com seis trabalhos. Durante o período, foram realizadas 38 publicações em 16 anos, resultando em média de 2,375 publicações ao ano e o desvio padrão é 1,45 de dispersão das quantidades quando comparada com a média. Esses resultados demonstram que há poucos estudos de GC no setor público, representando uma oportunidade de desenvolvimento dessa temática. Na sequência, serão apresentados o Quadro 1 e o Quadro 2, respectivamente, com os programas de pós-graduação que possuem o termo profissional ou profissionalizante na nomenclatura e os que não possuem.

Quadro 1. Programas de Pós-Graduação que têm o termo profissional ou profissionalizante na nomenclatura e autores.

Nome da Instituição	Autoria
Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba	MARONATO (2018)
Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho	LIMA (2021)
Mestrado Profissional em Administração Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA, Goiânia	SOUZA (2015)

Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	BASSO (2018)
Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	LIRA (2019)
Mestrado Profissional em DESENVOLVIMENTO REGIONAL Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA, Goiânia	LIMA (2016) e ROCHA JUNIOR (2014)
Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA,	LUCCA (2019)
Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília	MENEZES (2020)
Profissionalizante em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: FACULDADE PEDRO LEOPOLDO, Pedro Leopoldo	LIMA (2012)
Profissionalizante em ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, Rio de Janeiro	BAMBIRRA (2009) e NEVES (2011)
Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador	SANTOS (2020); SANTOS (2018) e BARRETO (2018)
Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, Cruz das Almas	SANTOS (2017)
Profissionalizante em GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Católica de Brasília	GONÇALVES (2006)
Mestrado Profissional em POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza	NEVES JUNIOR (2013)
Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO, Brasília	CESARIO (2019)
Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis	FURIGO (2018)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 2. Programas de Pós-Graduação que NÃO têm o termo profissional ou profissionalizante na nomenclatura e autores.

Nome da Instituição	Autoria
Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração, Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA). Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho	FREITAS (2021)
Doutorado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, Curitiba	ECHTERNACHT (2015)
Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, VIÇOSA Biblioteca	PEREIRA (2012)

Mestrado em ORGANIZAÇÕES E DESENVOLVIMENTO Instituição de Ensino: FAE Centro Universitário, Curitiba	BRAUN (2013)
Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte	CAMPOS (2016)
Mestrado em CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	LIMA (2010)
Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, JOÃO PESSOA	ABREU (2011) e GOMES (2006)
Doutorado em ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis	HELOU (2015); FLORES (2018); PACHECO (2015) e AMBROSI (2007)
Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ, Rio de Janeiro	CAMPOS (2014)
Mestrado em TECNOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, CURITIBA	FERRARI (2006)
Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO - PROF JOSE DE SOUZA HERDY, Rio de Janeiro	VASCONCELOS (2020)
Mestrado em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE	SILVA (2011)
Mestrado em CIÊNCIAS MILITARES Instituição de Ensino: ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, Rio de Janeiro	BIAVASCHI (2020)
Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FUMEC, Belo Horizonte	MARQUES (2016)

Fonte: Elaborado pelos autores.

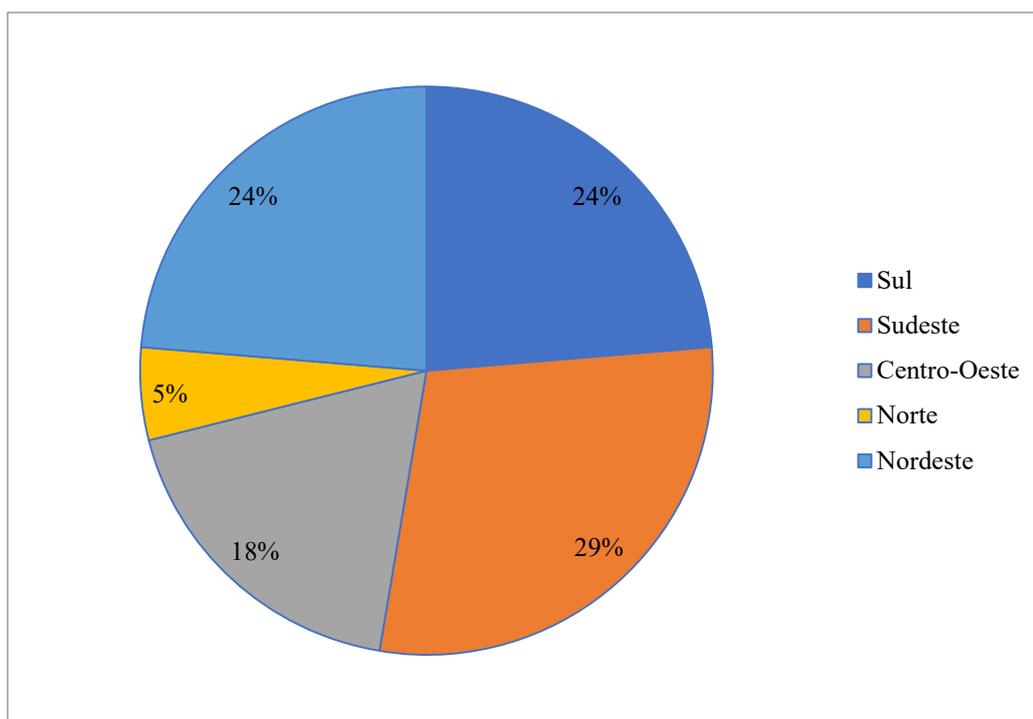
A análise das informações que constam no Quadro 1 e no Quadro 2 é fundamental, pois os mestrados profissionais, de acordo com a Portaria MEC Nº 389, de 23 de março de 2017 e a Portaria CAPES Nº 131, de 28 de junho de 2017, representam a formação profissional avançada e o estreitamento da relação acadêmica com as instituições públicas e privada, e entre os objetivos inclui “melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados”.

Observando-se o Quadro 1 e o Quadro 2, constata-se a ampla variedade de programas de pós-graduação que pesquisaram a GC no setor público, sendo 16 programas profissionais e 14 acadêmicos, resultando em 30 programas diferentes. Além disso, 20 teses/dissertações foram elaboradas para programas de pós-graduação que possuem os termos profissional ou profissionalizante na nomenclatura, enquanto 18 foram elaborados para programas sem a presença dos termos na nomenclatura. Posto isto, 52,63% são programas de pós-graduação da área profissional. Isso permite

concluir que a GC no setor público é de interesse dos servidores públicos, os quais são capacitados para a prática profissional avançada, podendo implantar práticas inovadoras na administração pública para o atendimento das necessidades da sociedade, a partir da integração com o ambiente acadêmico, nos termos do inciso I do art. 2º da Portaria nº 389 do Ministério da Educação.

Na análise do Quadro 1 fica evidente que grande parte dos mestrados profissionais tiveram apenas um trabalho. Os programas a seguir demonstram mais interesse sobre o tema por contarem com mais de uma publicação: Mestrado Profissional em DESENVOLVIMENTO REGIONAL da Instituição de Ensino CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA de Goiânia e o Profissionalizante em ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL da Instituição de Ensino UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ do Rio de Janeiro possuem dois trabalhos, o Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO da Instituição de Ensino UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA de Salvador apresenta três trabalhos. O Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP apresentou três trabalhos, cada um por uma associada diferente, demonstradas a seguir: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Universidade Federal de Rondônia e Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasília. O Gráfico 2 apresenta a quantidade de publicações por região geográfica.

Gráfico 2. Percentual de publicações por região geográfica.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 3 demonstra que a maior quantidade de estudos foi realizada por instituições de ensino da região sudeste, 29%, porém a equilíbrio com a quantidade de publicações das regiões sul, 24%, e nordeste, 24%, com pequena oscilação quando comparado com a região centro-oeste, 18%. A região norte apresenta o menor percentual de publicações com apenas 5%, em média. Cada região apresenta 7,6 publicações, o desvio padrão é de 3,072. Destaca-se que são dois trabalhos na região, ambos no ano de 2021, conferindo atraso de 16 anos da região em estudar o tema em tese ou dissertação.

Em relação a quantidade por estado, Minas Gerais realizou a maior quantidade de publicações em razão de ter um programa de Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento que conta com 4 publicações. Apenas 13 estados estudaram o tema, representando menos de 50% dos estados do país, sendo que nove pesquisaram mais de uma vez. O tema é recorrente nos estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro com cinco estudos; Paraná e Bahia tiveram quatro; Goiás, Distrito Federal possuem três trabalhos; Pernambuco e Rondônia, dois; Alagoas, Ceará e Paraíba, um cada. Vale destaca que todas as regiões possuem estudo, demonstrando que o tema possui relevância nacional, entretanto na região norte apenas o estado de Rondônia apresenta estudo. O Quadro 3 demonstra os trabalhos por área de avaliação da CAPES.

Quadro 3. Trabalhos por área de avaliação da CAPES

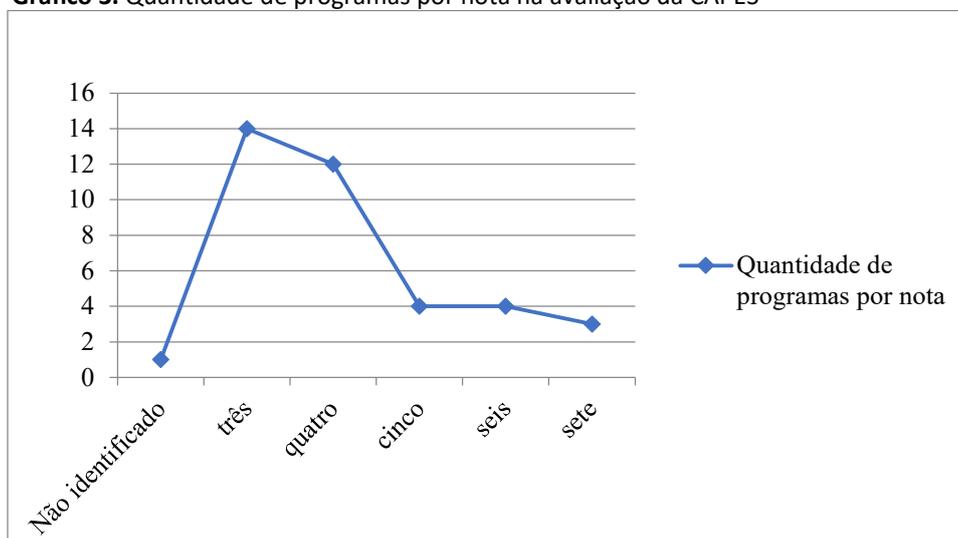
Área de avaliação	Quantidade	Autores
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	21	MARONATO (2018); LIMA (2021); FREITAS (2021); ECHTERNACHT (2015); PEREIRA (2012); SOUZA (2015); BASSO (2018); LIRA (2019); LUCCA (2019); MENEZES (2020); LIMA (2012); GOMES (2006); NEVES (2011); SANTOS (2020); CAMPOS (2014); BARRETO (2018); SANTOS (2018); VASCONCELOS (2020); MARQUES (2016); CESARIO (2019); FURIGO (2018)
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	2	BAMBIRRA (2009); ABREU (2011)
CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	2	SANTOS (2017); BIAVASCHI (2020)
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	2	CAMPOS (2016); LIMA (2010)
ENGENHARIAS III	1	SILVA (2011)

INTERDISCIPLINAR	7	HELOU (2015); FLORES (2018); FERRARI (2006); PACHECO (2015); GONÇALVES (2006); NEVES JUNIOR (2013); AMBROSI (2007)
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA	2	LIMA (2016); ROCHA JUNIOR (2014)
Não identificado	1	BRAUN (2013)

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 3 evidencia que a GC no setor público é um campo de estudo de interesse multidisciplinar, conforme apontaram outras pesquisas. Há uma diversidade de áreas de avaliação da CAPES que tiveram elaboração de teses ou dissertações sobre o tema em que a maioria delas com mais de uma publicação demonstrando que não foram estudos isolados. São áreas que estudaram duas vezes a GC: Engenharias III com um trabalho, Ciência da Computação, Ciência Política e Relações Internacionais, Comunicação e informação, Planejamento Urbano e Regional/Democracia. Enfatizando a característica multidisciplinar do tema, sete trabalhos foram realizados por programas de pós-graduação avaliados na área interdisciplinar, sendo a segunda área com o maior número de publicações. Apesar de demonstrada a variedade de áreas que estudam o tema, a área de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo é destaque com 21 trabalhos, representando 55,26%. Não foi possível identificar a classificação da área de avaliação de um programa. O Gráfico 3 apresenta a quantidade de programas por nota na avaliação da CAPES e o Gráfico 4 apresenta o quantitativo por objeto de estudo.

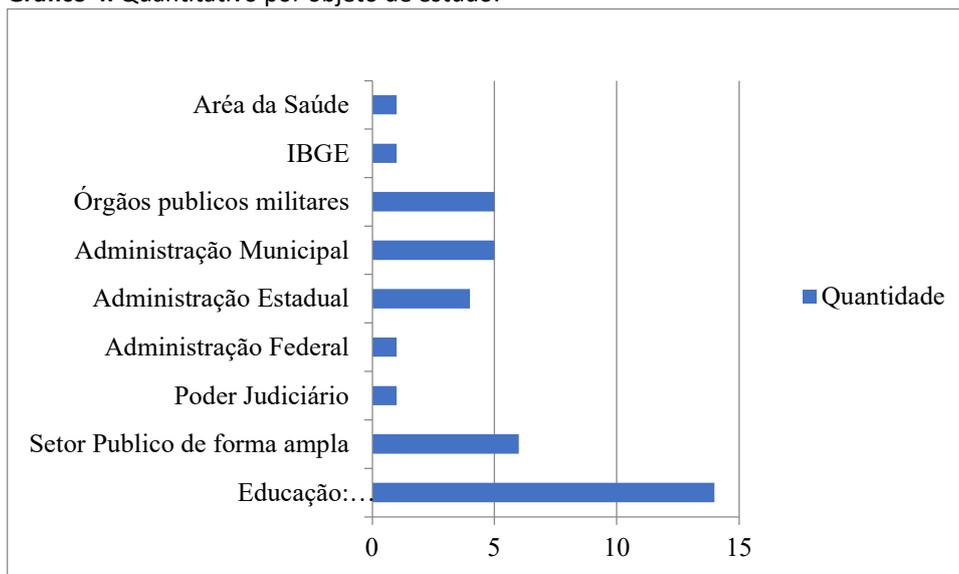
Gráfico 3. Quantidade de programas por nota na avaliação da CAPES



Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo a CAPES (2021), a avaliação dos programas de pós-graduação é um processo indispensável para assegurar a qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado. Um dos objetivos da avaliação é “identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento no SNPG para orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional.”. No Gráfico 3 pode-se identificar que a Gestão do Conhecimento no setor público é de interesse de programas que possuem avaliação intermediária correspondente a nota três e quatro, com, respectivamente, 14 e 12 trabalhos, perfazendo 68,42% dos programas enquadrados nestas duas notas e 28,94% com nota igual ou superior a cinco e um programa com nota não identificada na avaliação da CAPES.

Gráfico 4. Quantitativo por objeto de estudo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 4 deixa claro que a maioria dos estudos são aplicados na área da educação, constatando 14 ocorrências, representando 36,84%. O tema é tratado de forma ampla no setor público por seis trabalhos; os órgãos públicos militares e a administração municipal foram estudadas em cinco ocasiões; a administração estadual foi objeto de estudo quatro vezes e a administração federal, área da saúde, IBGE e o poder judiciário em uma oportunidade. Apesar de estar concentrado na área da educação, a GC no setor público é um campo que pode ser estudado em diversas instituições, cada uma com suas especificidades, constatando-se a necessidade de ampliar os estudos para outras áreas da administração pública nas teses e dissertações. O Quadro 4 identifica qual área da GC os trabalhos estudaram.

Quadro 4. Área da Gestão do Conhecimento estudada

Ênfase do trabalho	Autores	Quantidade
Compartilhamento/transferência do conhecimento	MARONATO (2018); FREITAS (2021); MARQUES (2016); FURIGO (2018); LUCCA (2019)	5
Diagnóstico/percepções/proposições	LIMA (2021); NEVES JUNIOR (2013); LIRA (2019); ROCHA JUNIOR (2014); GOMES (2006); SANTOS (2020)	6
Tema tratado de forma ampla	PEREIRA (2012); BRAUN (2013); SOUZA (2015); MENEZES (2020); BAMBIRRA (2009); NEVES (2011); VASCONCELOS (2020); SANTOS (2017); AMBROSI (2007); CAMPOS (2016); SANTOS (2018); BIAVASCHI (2020);	12
Maturidade	BASSO (2018); HELOU (2015); FLORES (2018); BARRETO (2018)	4
Aspecto estratégico/resultados	ECHTERNACHT (2015); LIMA (2016); LIMA (2010); CAMPOS (2014); CAMPOS (2014)	5
Práticas e desafios	LIMA (2012)	1
Criação de sistema	ABREU (2011)	1
Formulação de política pública de GC	GONÇALVES (2006); SILVA (2011)	2
Influência da estrutura organizacional	FERRARI (2006)	1
Estudo Bibliométrico	CESARIO (2019);	1

Fonte: Elaborado pelos autores

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo elaborou o rastreamento do campo de estudo e perfil geográfico das teses e dissertações sobre a gestão do conhecimento na área pública. Foi constatado que o tema é objeto de estudo desde 2006 e conta com ao menos uma publicação por ano, com exceção de 2008, demonstrando a importância da temática que possui 38 estudos até o ano de 2021.

Há equilíbrio entre programas de pós-graduação profissional e acadêmico que estudam o tema, sendo que aqueles realizaram estudos em dois programas a mais. Ficou demonstrado que o assunto é interdisciplinar, contendo trabalhos elaborados para programas de sete áreas de avaliação

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

ARTIGO CIENTÍFICO

ADMINISTRAÇÃO I - ESTRATÉGIA, GESTÃO E TECNOLOGIA EM ORGANIZAÇÕES

da CAPES, com destaque para a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo com 21 estudos e um não foi possível identificar a área de avaliação.

Além disso, os objetos de estudos são todas as esferas de governo, órgãos públicos variados, incluindo os do poder judiciário e órgãos da carreira militar. O destaque é dado à área da educação, abrangendo universidades, institutos federais e a FIOCRUZ com 14 ocorrências. Quanto ao nível de qualidade dos programas, 68,42% das pesquisas são de programas com avaliação da CAPES três ou quatro. Os estudos são abrangentes, localizados em 10 áreas diferentes da GC, não havendo monopólio de uma área específica e a maior quantidade se refere aos aspectos amplos da GC com 12 estudos, sendo que o compartilhamento do conhecimento apresenta destaque com cinco estudos.

O perfil geográfico é compatível com os achados de Carvalho e Amaral (2021) e Braga, Sinay e Duarte (2021), pois demonstrou que há estudos em 48,14% dos estados brasileiros, em 100% das regiões, sendo 77% realizados no Sudeste, no Sul e no Nordeste, 18% no Centro-oeste e 5% no Norte, que possui apenas dois trabalhos, ambos localizados no estado de Rondônia e realizados em 2021, enquanto o primeiro estudo no país foi realizado no ano de 2006.

A pesquisa apresenta a limitação de ter sido realizada apenas nas teses e dissertações do Brasil, não ampliando o estudo a nível internacional, restringindo-se aos aspectos regionais. No campo de estudo não foram analisados os aspectos teóricos, tais como principais autores e obras, tampouco os resultados alcançados com os estudos. Dessa forma, sugere-se a ampliação do estudo a nível internacional, proporcionando a comparação dessa temática no Brasil com os outros países; estudo dos principais autores e obras que fundamentam as pesquisas sobre gestão do conhecimento na área pública; por fim, propõe-se a replicação desta pesquisa nos trabalhos de conclusão de cursos a nível acadêmico de graduação e especialização.

REFERÊNCIAS

- ALFENAS, Ricardo Augusto da Silva; SANTOS, Carlos Soares dos; DIAS, Danila Carrijo da Silva; ARAÚJO, Vívian Garro Brito de; SILVA, Daniela Villa Flor Montes Rey. Gestão do conhecimento nas organizações públicas brasileiras: revisão e bibliometria de obras no período de 2008 a 2017. **Revista do Serviço Público (RSP)**, Brasília 72 (2) 452-478 abr/jun 2021. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3913/3321>. Acesso em: 13 dez. 2021.
- BAMBIRRA, Roberto Brandão. **Gestão do conhecimento na administração pública federal: estudo de caso na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. 2009. 198 f. Dissertação (Profissionalizante em Administração e Desenvolvimento Empresarial) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2009. <https://www.yumpu.com/pt/document/view/19520612/1-introduo-universidade-estacio-de-sa>. Acesso em: 30 dez. 2021.

BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira: Como implementar a Gestão do Conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão.** Brasília: Ipea, 2012. ISBN 978-85-7811-139-7. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Fabio-Batista-7/publication/261986902_Modelo_de_Gestao_do_Conhecimento_para_a_Administracao_Publica_Brasileira/links/02e7e536169dd202d5000000/Modelo-de-Gestao-do-Conhecimento-para-a-Administracao-Publica-Brasileira.pdf. Acesso em: 24 jan. 2021.

BATISTA, Fábio Ferreira; QUANDT, Carlos O.. Gestão do conhecimento na administração pública: Resultados da Pesquisa Ipea 2014. Práticas de Gestão do Conhecimento. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121575/1/833841076.pdf> acessado em 23/01/2022

BRAGA, Iluska lobo; SINAY, Maria Cristina Fogliatti de; DUARTE, André Luís Faria. **Panorama acadêmico-científico da contabilidade ambiental na pós-graduação brasileira.** XXIII ENGEMA. ISSN: 2359-1048. Nov, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Andre-Duarte-21/publication/356936252_PANORAMA_ACADEMICO-CIENTIFICO_DA_CONTABILIDADE_AMBIENTAL_NA_POS-GRADUACAO_BRASILEIRA/links/61b39b5163bbd932428306e8/PANORAMA-ACADEMICO-CIENTIFICO-DA-CONTABILIDADE-AMBIENTAL-NA-POS-GRADUACAO-BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 389, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu.** Diário Oficial da União, Edição 58, Seção 1, p. 61. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20482828/do1-2017-03-24-portaria-no-389-de-23-de-marco-de-2017-20482789 . Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 131, de 28 de junho de 2017. Dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissionais.** Diário Oficial da União, Edição 124, Seção 1, p. 17. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19150989/do1-2017-06-30-portaria-n-131-de-28-de-junho-de-2017-19150907 . Acesso em: 23 fev. 2022.

CÂMARA, Kathiurcia Montovanelli Cazotti; NUNES, Isabel Matos. A gestão do conhecimento no setor público: uma análise bibliométrica. **Research, Society and Development**, v. 10, n.1, e8410111386, 2021. Disponível em; <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11386/10281> DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11386>. Acesso em: 13 dez. 2021.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva; AMARAL, Nelson Cardoso. O financiamento das universidades estaduais brasileiras: o custo aluno, as assimetrias institucionais e as desigualdades regionais. **Revista científica ECCOS.** Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10777/8977> DOI <https://doi.org/10.5585/eccos.n57.10777>. Acesso em: 25 jan. 2022.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 10ª reimpressão.

ECHTERNACHT, Tiago Henrique de Souza. **A inovação e a gestão do conhecimento como suporte ao processo estratégico na administração pública municipal: um estudo comparativo de casos no Brasil e em Portugal.** 2015. 221 f. Tese (Doutorado em administração) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015.

FLORES, Heriberto Alzerino; KRACIK, Marina Souza; FRANZONI, Ana Maria Benciveni. **Maturidade em gestão do conhecimento para a administração pública: uma análise bibliométrica.** CIKI, Porto Alegre, Brasil, 07 a 08 nov. 2019. Disponível em:

<https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/709/325>. Acesso em: 13 dez. 2021.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

ARTIGO CIENTÍFICO

ADMINISTRAÇÃO I - ESTRATÉGIA, GESTÃO E TECNOLOGIA EM ORGANIZAÇÕES

- MARONATO, Elissandra Luiz dos Santos. **Gestão do conhecimento: mapeamento das práticas e ferramentas para o compartilhamento do conhecimento em uma instituição pública de ensino superior.** 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3875>. Acesso em 15 dez. 2021.
- (SBGC) Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento. Entrevista com Karl Wiik. **Revista GC Brasil**, n. 01, ago. 2006, p. 05-08. Disponível em: http://www.sbgc.org.br/uploads/6/5/7/6/65766379/gc_brasil_1_.pdf#page=11. Acesso em: 24 jan. 2022.
- SILVA, Ana Paula Nogueira e; MIRANDA, Angélica Conceição Dias. Gestão do conhecimento no setor público: um estudo sobre os artigos publicados em periódicos nacionais no período 2005-2015. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 23, n. 52, p. 73-83, mai./ago., 2018. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2018v23n52p73. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/147/14762411006/14762411006.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.
- SOUZA, Viviane Purcena de. **Gestão do conhecimento no setor público: um estudo no Instituto Federal Goiano Campus Rio Verde.** 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Centro Universitário Alves Faria, Goiânia, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3328713. Acesso em: 20 dez. 2021.
- TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento.** São Paulo: Bookman. 2008. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oNUYV8AoPgAC&oi=fnd&pg=PR7&dq=%22gest%C3%A3o+do+conhecimento%22&ots=8du02eCjiH&sig=4tE7A6Lk_yy6Ge8sGKYzZnz1Q00#v=onepage&q=%22gest%C3%A3o%20do%20conhecimento%22&f=false. Acesso em: 24 jan. 2022. ok
- TERRA, J. C. C. **Gestão do conhecimento: O grande desafio empresarial.** São Paulo: Negócio Editora, 2001. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1409867924.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022.